

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 13/11/2015

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na sala de reuniões da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde (ETSUS), deu-se início a 10ª (décima) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2015, com a presença dos membros: **SESAU**: Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins; Andrea Siqueira Montalvão/ Gerente de Ciclos de Vida; Laudecy Alves do Carmo Soares/ Diretora de Gestão de Educação na Saúde; Luciana Ferreira Marques da Silva/Diretora de Vigilância em Saúde; Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Diretora de Controle, Regulação em Saúde; Maria Gleyd Brito Chianca Silva/Superintendente de Políticas de Atenção à Saúde; Márcia Valéria Ribeiro de Queiróz Santana/Superintendente de Formação e Regulação do Trabalho; Mísia Saldanha Figuerêdo/Diretora de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS. **COSEMS**: Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS; Anderson Oliveira Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins); Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Diretor Adjunto Administrativo do COSEMS; Fabrício Alves Segura/SMS de Araguaína e Diretor de Descentralização e Regionalização do COSEMS; Haideé Campitelli Vasques/Representante do SMS de Palmas; Irineuda Cosmo Leite Palma/SMS de Pium e Diretora Financeira do COSEMS; José Nelson B. da Silva/SMS de Ananás e Conselheiro Fiscal do COSEMS; Juliano Ribeiro Souza/SMS de Natividade e Diretor Administrativo do COSEMS; Maria Dulcimary Ribeiro Fonseca/Representante do SMS de Araguaína; Rui A. Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins; Samuel Arruda Nunes/SMS de Rio Sono e Diretor Adjunto Financeiro do COSEMS. O Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins, Sr. Gustavo Bottós de Paula neste ato representando o Sr. Samuel Braga Bonilha/ Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) iniciou os trabalhos passando a palavra para o Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS justificando que o mesmo gostaria de apresentar algumas situações aos presentes. Após cumprimentar a todos os presentes desta plenária e agradecer aos membros que possuem assento na CIB, aos Técnicos da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU) do Tocantins, e ao Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins pela oportunidade em fazer essa exposição, o Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS relatou que pela manhã houve a reunião ordinária do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS – TO), e explicou que, antes de adentrar nos assuntos, especificamente em um tópico dessa reunião, gostaria de resgatar nesse momento uma fala que foi feita na 9ª Nona Reunião Ordinária da CIB ocorrida no último dia 15 (quinze) de outubro de 2015 (dois mil e quinze) ressaltando que na oportunidade citada o Sr. Samuel Braga Bonilha/Secretário Estadual de Saúde do Tocantins não estava presente e a referida fala foi



36 feita na presença do Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins.
37 Segundo o Sr. Vânio, na oportunidade da 9ª Nona Reunião Ordinária da CIB ocorrida no último dia 15
38 (quinze) de outubro de 2015 (dois mil e quinze) foi dito que a atual gestão da Secretaria Estadual de
39 Saúde do Tocantins, a gestão do Sr. Samuel Braga Bonilha/Secretário Estadual de Saúde do
40 Tocantins, para fins de que isso possa ficar registrado com o objetivo de se adentrar esse assunto
41 mais adiante, que essa é a gestão em que os secretários municipais de saúde tiveram mais acesso e
42 oportunidade de diálogo, onde o Sr. Samuel é um secretário de fácil acesso e que isso é reconhecido
43 e deve mesmo ser reconhecido por todos, mas que isso não desmerece os problemas que estão
44 sendo enfrentados. O Presidente do COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do
45 Tocantins) relata que tem sido procurado pelo Sr. João Emídio de Miranda/Prefeito de Brasilândia e
46 Presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios) e que o mesmo solicitou o apoio do
47 COSEMS no fortalecimento de o COSEMS trazer a tona a questão que diz respeito a dívida do
48 Estado para com os municípios. O Sr. Vânio explica que as instituições COSEMS (Conselho dos
49 Secretários Municipais de Saúde) e ATM (Associação Tocantinense de Municípios) nada tem contra a
50 pessoa do Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins e nem
51 contra a pessoa do Sr. Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins, mas,
52 reconhecendo que de fato a problemática da dívida do Estado com os municípios existe
53 concretamente de maneira inegável, tanto o COSEMS quanto a ATM vem entendendo que essa
54 problemática não consta na agenda prioritária da atual gestão estadual. O Presidente do COSEMS
55 pontua que houveram vários diálogos no passado, que ele mesmo conversou com o Sr. Samuel
56 Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins a respeito desse assunto, que houveram
57 também vários acordos verbais no gabinete do secretário com a presença do presidente da ATM e do
58 COSEMS, e que ocorreram também várias oportunidades como por exemplo a oportunidade em que
59 ficou acordado que o pagamento da referida dívida através do parcelamento do valor total em 36
60 (trinta e seis) vezes onde, possivelmente, haveria a intenção em priorizar o aporte financeiro para os
61 municípios maiores com a presença de um outro Secretário da gestão estadual, e do Presidente do
62 Conselho Estadual de Saúde, também em uma outra oportunidade que contou novamente com a
63 presença do Presidente da ATM onde houve a intenção em se destinar R\$1.500.000,00 (um milhão e
64 quinhentos mil reais / um milhão e meio de reais) a partir da competência 7 (sete) que se refere a
65 competência do mês de julho do corrente ano priorizando a questão da dívida, e, infelizmente
66 nenhuma dessas negociações se efetivaram. O Sr. Vânio diz que, em relação a esse assunto, o
67 Secretário tem sempre relatado que isso foge de sua competência devido ao fato de ele não ter
68 controle sobre o financeiro da SESAU. O Sr. Vânio afirma ainda que nas últimas conversas com o
69 Secretário que ocorreram na semana passada foi colocado o fato de que o COSEMS - TO (Conselho
70 dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) não pode se furtar desse movimento que abrange
71 o fortalecimento dos secretários e da instituição, e que, diante disso, houve um entendimento por

parte de todos os membros do COSEMS de que a instituição deveria adotar um posicionamento um pouco mais firme, que não inviabiliza o diálogo, mas que reforça a necessidade do diálogo, e de trazer a tona a pauta que hoje os membros do COSEMS entendem que não está na mesa de negociação. O Presidente do COSEMS relata ainda que, em relação a um outro ponto, houve um entendimento por parte do COSEMS enquanto instituição de que o argumento utilizado, e aqui há todo um respeito com quem se utiliza do referido argumento, é um argumento que não possui força, que não se sustenta, e que utilizar somente o argumento de que não tem recurso financeiro não é suficiente. O Sr. Vânio cita que pela manhã durante a reunião do COSEMS foi citado o fato de que todos os presentes lidam com esses tipos de situações de contratação de pessoal, de abrir um determinado serviço entre outras, de maneira cotidiana sempre demandada pelos órgãos de controle como o Ministério Público e a Defensoria Pública onde sempre há a mínima necessidade de maior investimento financeiro, então, diante disso, o COSEMS entendeu que o argumento que vem sendo utilizado pelo Estado de que não há recurso não é válido para sanar o problema demandado. Citando um segundo ponto, o Sr. Vânio pontua que neste caso há um objetivo de tentar minimizar, minar, a idéia de que o COSEMS pode, com a atitude que foi deliberada pelos membros do COSEMS, pela sua diretoria, e que foi aceita na CIB (Comissão Intergestores Bipartite), enfraquecer a CIB (Comissão Intergestores Bipartite). Há um entendimento por parte dos membros do COSEMS de que essa atitude e visão não é de enfraquecer a CIB, mas sim de fortalecê-la, pois todos os acordos, todas as negociações, as resoluções, homologações, consensos, e acordos que existem em contrapartida de várias políticas e componentes foram efetivados e acordados nessa instância, e quando acordos nessa instância não se prevalecem, essa instância se torna enfraquecida e ilegítima de certa forma. Diante do exposto, o Presidente do COSEMS afirma que a instituição na verdade possui a intenção de dar legitimidade ao que foi acordado nessa instância, nesse fórum, para que possa haver um avanço em outros acordos. O Sr. Vânio declarou que, em relação ao que não é possível de ser efetivado, é necessário haver um retorno às discussões e acordos feitos anteriormente de maneira a se fazer uma reavaliação, revisão, e reformulação para que tudo possa ser devidamente adequado as necessidades ideais que se apresentarem. O Sr. Vânio relata que, por exemplo, um dos pontos de pauta que solidifica ainda mais o argumento defendido pelo COSEMS neste momento é o ponto de pauta que está sendo proposto Área Técnica de Vigilância em Saúde da SESAU que fala sobre a reformulação de uma Resolução da CIB que, na época em que a referida Resolução foi feita, o ideal e efetivo a ser feito era o que está estabelecido no documento, mas que hoje em dia não cabe mais ser utilizado dessa forma atualmente. Diante do exposto, o Presidente do COSEMS afirma que, ficou deliberado durante a Reunião da Diretoria do COSEMS que ocorreu hoje pela manhã culminando com esse movimento feito por parte da ATM (Associação Tocantinense de Municípios), que procurou o COSEMS para fortalecer esse movimento que visa a resolução da dívida do Estado para com os Municípios venha a tona e venha com força para a negociação de um acordo

108 que efetivamente possa ser cumprido, que os membros do COSEMS não irão pactuar ou homologar
109 nenhum ponto da pauta da Reunião Ordinária da CIB (Comissão Intergestores Bipartite) de hoje, e
110 que, além disso, o COSEMS solicita ainda à Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite
111 (CIB) que este ato seja relatado e conste na Ata da 10ª (décima) Reunião Ordinária da Comissão
112 Intergestores Bipartite (CIB) do ano de 2015 (dois mil e quinze). O Presidente do COSEMS justifica
113 que a decisão do COSEMS em não consensuar nenhum ponto da pauta da 10ª (décima) Reunião
114 Ordinária da CIB de 2015 (dois mil e quinze) é uma medida de indignação em virtude da situação que
115 está posta hoje. O Sr. Vânio afirma que, de todo o cenário problemático que está sendo vivenciado da
116 crise financeira que o país está atravessando, os que estão sendo mais penalizados são os
117 municípios. O Presidente do COSEMS afirma que há dados da CNM (Confederação Nacional dos
118 Municípios) e do CONASEMS (Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde) que diz que
119 no ano passado R\$22.000.000.000,00 (vinte e dois bilhões de reais) além do limite constitucional foi
120 investido pelos municípios, e que também há um dado informativo da CNM (Confederação Nacional
121 dos Municípios) que também é do conhecimento de todos os presentes, pois todos aqui presentes
122 sabem da própria realidade enquanto Estado, que diz que no Estado do Tocantins 80% (oitenta por
123 cento) dos municípios são municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes onde quase
124 a totalidade desses municípios sobrevivem dos recursos repassados pelo FPM (Fundo de
125 Participação dos Municípios), e, além disso, os municípios não tem de onde tirar mais dinheiro para
126 manter os serviços. O Sr. Vânio ressalta que os municípios estão no limite de investimentos, que os
127 municípios estão investindo o dobro do que a lei determina, e pontua que, de acordo com as
128 informações recentes que todos estão acompanhando pela mídia, o valor dos recursos financeiros
129 que são repassados para os municípios através do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) caiu
130 5% (cinco por cento) esse mês em comparação com o que foi repassado nesse mesmo período ano
131 passado, para o mês que vem, mês de dezembro, que é um mês onde há um aporte maior de
132 recursos financeiros em virtude de questão como por exemplo o pagamento do 13º (décimo terceiro)
133 salário dos servidores, o valor dos recursos financeiros a serem repassados para os municípios vai
134 ser 11.5% (onze ponto cinco por cento) menor do que o valor repassado no mesmo período do ano
135 passado, em janeiro de 2016 (dois mil e dezesseis) comparado a janeiro de 2015 (dois mil e quinze) o
136 valor do repasse de recursos financeiros que os municípios recebem via FPM (Fundo de Participação
137 dos Municípios) vai ser menos 8% (oito por cento). Então, diante de todo esse exposto, o Presidente
138 do COSEMS relata que foi deliberado pela manhã durante a reunião do COSEMS que o COSEMS se
139 posicionará hoje na 10ª (décima) Reunião Ordinária da CIB do ano de 2015 (dois mil e quinze) da
140 forma como já foi dita anteriormente esclarecendo que não se trata de uma atitude drástica,
141 impensada, que o COSEMS não irá em nenhuma oportunidade se recusar a dialogar sobre o
142 assunto, e sim que, se reportando ao que foi citado por ele mesmo anteriormente contextualizando o
143 fato de que as referidas negociações já aconteceram, houve um entendimento por parte dos

membros do COSEMS de que é possível sim ocorrer um avanço e todos conseguirem chegar a um acordo que pode ser concretizado e efetivo para a solução dos problemas. O Sr. Vânio relata ainda que o COSEMS entende e comunga dessa visão dos prefeitos dos municípios do Estado do Tocantins, representados na pessoa do Presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios) Sr. João Emídio de Miranda, de que esse assunto precisa vir a tona para a mesa de negociação com agenda propositiva e prioritária, e que o COSEMS vê também que, infelizmente, essa questão não está na agenda prioritária da gestão estadual. Finalizando sua fala, o Presidente do COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde) enfatiza que a atitude e ação dos membros do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins que está sendo adotada neste momento, de forma alguma tem a intenção de comprometer ou constranger a pessoa do Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins ou a pessoa do Sr. Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins, e que ao contrário disso, o COSEMS entende que essa atitude que está sendo adotada por seus membros no dia de hoje na verdade fortalece a figura do Secretário de Estado da Saúde do Tocantins pois dá poder para que o mesmo possa propor ao Governador do Estado e aos demais Secretários de Estado do Tocantins como, por exemplo, o Secretário de Finanças, ou mesmo com o próprio Presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios), a criação de uma agenda que possibilite a viabilização de uma saída para essa questão. O Sr. Vânio relata ainda que esteve com o Sr. João Emídio de Miranda/Prefeito de Brasilândia e Presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios) pela manhã, e na conversa com os demais secretários municipais de saúde onde a Sra. Neila Pereira dos Santos/Prefeita do município de Peixe – To também estava presente, o Presidente da ATM informou aos presentes que tem um encontro agendado com o Governador do Estado do Tocantins para hoje mesmo no período da tarde, e declarou que, posteriormente, irá entrar em contato com o Sr. João Emídio de Miranda para tomar conhecimento dos frutos dessa reunião com o Governador, e que todos gostariam também que essa mensagem que está sendo deixada aqui nesse momento também pudesse ser levada ao conhecimento do Sr. Governador do Estado do Tocantins e, diante de toda essa situação, o objetivo maior é a estabilização. Conforme o Sr. Vânio vem falando há um tempo, o COSEMS, e particularmente ele mesmo, não lida com questões políticas partidárias, as políticas com as quais o COSEMS lida e defende são políticas de saúde. O Presidente do COSEMS declara que nem a instituição e nem os seus membros estão visando nessa oportunidade os partidos "A", "B", "C", "D", ou "Y" e "Z", mas sim a política de saúde com objetivo de que o cidadão possa usufruir de serviços prestados com maior excelência, e o reconhecimento de que o que os municípios estão solicitando é algo que é legítimo, que foi acordado, que necessário ser feito, e que os municípios não estão solicitando nada além daquilo que realmente é necessário. Neste momento o Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS dá por encerrada a sua fala nesta plenária e passa o uso da palavra para o Sr. Anderson Oliveira Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do Conselho

180 Estadual de Saúde do Tocantins (CES – TO). Ao cumprimentar a todos os presentes nesta plenária,
181 o Sr. Anderson Oliveira Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do Conselho Estadual de Saúde
182 do Tocantins (CES – TO) relata que no dia de ontem 12 (doze) de novembro de 2015 (dois mil e
183 quinze) no período da manhã o Conselho Estadual de Saúde do Tocantins (CES - TO) deu a sua
184 parcela de contribuição para esse momento difícil que estamos vivendo através de 2 (duas) medidas
185 que foram adotadas onde, a primeira medida é uma revisão de todas as contas da Secretaria
186 Estadual de Saúde do Tocantins (SESAU) que será iniciada na parte do departamento da folha de
187 pagamento e será estendida aos contratos administrativos, para isso será reunida uma comissão,
188 também serão solicitados os apoios técnicos do Tribunal de Contas Estado do Tocantins (TCE – TO),
189 do Tribunal de Contas da União (TCU) devido ao fato de a questão envolver verbas federais,
190 Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE – TO) e Ministério Público Federal (MPF), e também
191 da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins (AL – TO) quando chegar o momento de
192 readequar algumas leis que estão em vigor mas que não atendem as demandas de atendimento da
193 população tocantinense. O Presidente do CES - TO declarou que ontem o CES – TO (Conselho
194 Estadual de Saúde do Tocantins) deu um passo muito importante nesse momento histórico onde a
195 instituição está assumindo para si a responsabilidade de controle e fiscalização, mas, diante do
196 cenário em que nos encontramos, está assumindo a responsabilidade de fazer um estudo
197 aprofundado de toda a situação em que nós nos encontramos atualmente ressaltando que a situação
198 está crítica ou mesmo até mais do que crítica não havendo termos que possam descrever como
199 deixaram a saúde pública no Estado do Tocantins chegar no estado em que se encontra hoje. O Sr.
200 Anderson pontua que, simultaneamente a esse momento em que acontece a situação que acaba de
201 ser descrita, todos os presentes, em especial os secretários municipais de saúde, sabem as
202 dificuldades que ocorrem para os seus munícipes serem atendidos. O Secretário Municipal de Saúde
203 de Porto Nacional declara que em muitos procedimentos que são competentes ao Governo do Estado
204 do Tocantins através da Secretaria de Estadual de Saúde (SESAU), a parte da PPI (Programação
205 Pactuada e Integrada da Assistência) que compete ao Estado não emite resposta. O Sr. Anderson
206 relata que fez um esforço durante mais de um mês no intuito de tentar obter a lista completa de
207 procedimentos para saber quem são os responsáveis em ofertar cada um desses procedimentos e
208 como está a situação dos atendimentos desses procedimentos em cada município e região do
209 Tocantins, mas não obteve resposta em relação a essa solicitação. O Sr. Anderson esclarece que
210 sabe quais são os procedimentos cuja responsabilidade em ofertar é do município de Porto Nacional
211 e dos municípios da Região de Saúde Amor Perfeito e sabe também como está a questão do
212 atendimento da população desses municípios nos referidos procedimentos, pois, no caso do
213 município de Porto Nacional e dos demais municípios da Região de Saúde Amor Perfeito é possível
214 ter acesso a essas informações utilizando um computador onde através de um “clic” aparece na tela
215 as informações sobre tudo o que não está sendo atendido. O Presidente do CES - TO afirma que,



apesar de ter feito a referida solicitação formalmente, até ontem não houve nenhuma resposta a essa demanda, e que, diante disso, foi dado um novo prazo de mais 30 (trinta) dias até a data da próxima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins para que a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins/Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde/Diretoria de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria possa dar uma resposta a essa solicitação, e que depois disso, com a referida relação completa em mãos, o Conselho Estadual de Saúde do Tocantins (CES – TO) irá buscar uma orientação e um apoio técnico do Ministério da Saúde (MS), pois o recurso vem mês a mês, a verba federal vem mês a mês, e em algum lugar esse recurso é aplicado, mas não está atendendo a pactuação que foi feita e as pessoas estão ficando sem atendimento nos municípios, e já não se consegue mais explicar o crescimento absurdo que vem ocorrendo nas listas de demandas reprimidas. O Sr. Anderson relata que ele mesmo enquanto Secretário Municipal de Saúde de Porto Nacional já não sabe mais o que fazer quando olha para lista astronômica de demanda reprimida que possui lá no município ao qual representa, e que aciona a equipe da Área Técnica de Regulação do Município para tentar viabilizar uma solução para esse problema, mas que os técnicos do município respondem que isso não é possível porque o Estado não está atendendo, e também porque o Estado não tem prestador de serviço para ofertar o mesmo há 2 (dois) anos. O Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins afirma que é fato que o recurso do Ministério da Saúde está sendo depositado corretamente, mas se esse recurso não está sendo suficiente e não está sendo utilizado para o fim ao qual está destinado, é porque então está na hora de se corrigir a situação. O Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) afirma que “Pra se fazer gestão tem que ter coragem.”, pois não dá mais para se ficar prorrogando, prolongando, os problemas e reclamações dos municípios e convivendo com o sofrimento da população de cada município. O Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) disse que depois que o cidadão vai a imprensa e traz a público o problema da longa espera que vem enfrentando para conseguir ser atendido na rede pública, aí sai a autorização, o agendamento, e o atendimento do procedimento ou mesmo da consulta que há meses ele está aguardando e a gestão municipal vem tentando conseguir. O Sr. Anderson relata que, em relação a consulta citada no exemplo que acaba de ser demonstrado, ele enquanto Secretário Municipal de Saúde de Porto Nacional tenta há meses, e sem obter nenhum sucesso em suas tentativas, conseguir a realização dessa consulta para o cidadão do seu município chegando mesmo ao ponto de entrar em confronto com a pessoa responsável pelo setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Nacional porque diante do fato de receber muitas demandas como essa, ele mesmo enquanto profissional, Secretário Municipal de Saúde, cidadão, e pessoa acaba por acumular uma carga emocional muito forte. Dando continuidade a sua fala, o Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) diz que, depois que a situação assume essa instância, depois que a situação vai parar na imprensa, aí vai e sai a referida consulta. O Sr. Anderson afirma que não dá mais para que essa situação continue a acontecer desse

252 modo, que esse problema precisa ser solucionado agora. O Presidente do CES – TO (Conselho
253 Estadual de Saúde do Tocantins) declara ter todo o respeito pelo Sr. Gustavo Bottós de
254 Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins, pelo Sr. Samuel Braga Bonilha/Secretário de
255 Estado da Saúde do Tocantins, e por todas as outras pessoas que o tem tratado com respeito, e
256 afirma que nem ele e nem ninguém está fazendo parte desse trabalho para brincar, e sim para
257 desenvolver um trabalho sério. O Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Estado
258 do Tocantins) diz que chegar a uma situação onde um município como Porto Nacional, pela primeira
259 vez desde que o atual prefeito assumiu a gestão municipal, o município não conseguiu pagar a folha
260 de pagamento do município em dia, e nos últimos 2 (dois) a 3 (três) anos esse mesmo município vem
261 tirando receita, tirando o recurso que deveria ser utilizado na folha de pagamento da gestão
262 municipal para cobrir o furo nos programas e ainda assim esse município não ser considerado como
263 prioridade pelo Governo do Estado do Tocantins é lamentável. O Sr. Anderson relata que há uma
264 dívida entre o Estado do Tocantins e os Municípios do mesmo em que o montante está acumulado
265 em R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), e que sabe-se também que só um dos
266 contratos que o Estado possui com uma empresa é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por
267 mês, e que além desse há tantos outros contratos do Estado que devem ser repensados, e que
268 diante de tudo isso, ontem o Conselho Estadual de Saúde do Tocantins (CES – TO) depois de estar
269 nesse processo já há muito tempo tentando o diálogo, depois de transcorridos já 11 (onze) meses de
270 prazo para que o Estado pudesse emitir uma resposta sobre as demandas citadas, e levando em
271 consideração o fato de que desde então até o presente momento não houve nem resposta e também
272 nenhum tipo de justificativa por parte da gestão estadual, o CES – TO (Conselho Estadual de Saúde
273 do Tocantins) decidiu adotar as medidas e atitudes que foram aqui citadas em sua fala e também na
274 fala do Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS. O Presidente do
275 CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) encerrou sua fala neste momento declarando
276 que gostaria de ter estado presente também pela manhã durante a Reunião Ordinária do Conselho
277 dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS – TO), mas lamenta que isso não tenha
278 sido possível devido ao fato de ter precisado ir tentar solucionar um problema referente a folha de
279 pagamento dos servidores do município de Porto Nacional do qual é Secretário Municipal de Saúde.
280 O Sr. Anderson relata que a referida folha de pagamento citada por ele que era paga todo dia 30
281 (trinta) e deveria ter sido paga no ultimo dia 30 (trinta) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), dessa
282 vez já estando praticamente no dia 15 (quinze) seguinte a mesma ainda não paga no município de
283 Porto Nacional, e, ressaltando que o referido problema ainda não está completamente solucionado,
284 que o prefeito de Porto Nacional ligou para ele, e que inclusive por causa disso terá que retornar ao
285 município de Porto Nacional daqui a pouco, justifica que devido ao fato de estar envolvido na solução
286 deste problema não pôde estar presente na Reunião Ordinária do Conselho dos Secretários
287 Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS – TO). Por fim, o Sr. Anderson solicita que os presentes

imaginem o quão crítica é a situação aqui exposta, pois conversando com o Sr. Rui A. Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins e também com demais secretários municipais de saúde do Tocantins foi possível constatar que todos os outros municípios do Estado estão passando pela mesma situação que o município de Porto Nacional. Neste momento o Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins e Representante do Sr. Samuel Braga Bonilha – Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) neste ato presidindo esta reunião solicita o uso da palavra para fazer algumas ponderações. Em 1º (primeiro) lugar, corroborando com o que foi colocado pelo Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS e também pelo Sr. Anderson O. Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do CES, o Sr. Gustavo Bottós afirmou que não existe pessoalização e nem muito menos partidarismo, esse fórum é uma câmara técnica de essência macro e todos aqui trabalham em prol do SUS (Sistema Único de Saúde) que é um sistema integrado de saúde, então, diante disso, o Governo do Estado do Tocantins através da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins vê com muita tranquilidade e naturalidade esse posicionamento do COSEMS - TO (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) e também dos municípios do Estado do Tocantins. O Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins pontuou que essa situação da diminuição constante e crescente de repasses, cada vez diminuindo mais os repasses, é uma realidade já de algum tempo. O Sr. Gustavo Bottós relata que é advogado, que já foi advogado municipalista por alguns anos a um tempo atrás, e que sempre acompanhou as marchas dos prefeitos, todos os levantes, todos os movimentos relacionados a estabilização que as gestões municipais travavam contra essa questão da PPI (Programação Pactuada Integrada), então, por isso é mais do que natural esse posicionamento do COSEMS – TO e dos municípios tocantinenses. O Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins declarou que, com relação a questão dos repasses estaduais, observa que é mais do que importante que o Sistema Único de Saúde (SUS) nas suas 3 (três) esferas rode de forma equalitária, porque se uma engrenagem desse sistema trava lá na frente isso vai refletir novamente. O Sr. Gustavo Bottós pontua que é claro que para o Estado uma Atenção Básica fortalecida é o ideal, para a figura do ambiente estadual, se há uma Atenção Básica no âmbito dos municípios na sua operacionalização efetiva, isso quer dizer que o Estado enquanto retaguarda de serviços de média e alta complexidade vai atuar naqueles casos considerados extremos que fogem ao controle da Atenção Básica, conseqüentemente, se a Atenção Básica está atuando esses casos considerados extremos serão em quantidades mais baixas, em quantidades menores, e nisso o gestor do SUS (Sistema Único de Saúde), o Sr. Samuel Braga Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins, onde teve sua experiência no âmbito da gestão municipal na cidade de Palmas – To, possui clara consciência dessa situação. O Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins declara que a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins enquanto representante da gestão estadual possui essa visão que acabou de ser exposta em relação a Atenção Básica. Diante desse exposto, o Sr. Gustavo Bottós dirige sua fala

324 para o Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS – TO (Conselho dos
325 Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) e também para o Sr. Anderson O. Costa/SMS de
326 Porto Nacional e Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) e pontua que,
327 talvez pelas próprias dificuldades que a atual gestão estadual encontrou e vem encontrando com
328 relação a situação em que a saúde do Estado, e aqui o Sr. Gustavo faz uma ressalva afirmando que
329 não está se referindo somente a saúde que é de responsabilidade da gestão estadual, mas está se
330 referindo também a saúde no âmbito dos 139 (cento e trinta e nove) municípios que compõem o
331 Estado do Tocantins e dos municípios onde estão nas unidades de responsabilidade do Estado. O
332 Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins declara que a situação que todos estão enfrentando
333 demanda a necessidade de se priorizar prioridades de prioridades de prioridades, mas ressalta que é
334 importante que não se pense que essa situação não é vista pela gestão do Sr. Samuel Braga
335 Bonilha/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins como uma questão de não prioridade, pois é
336 sim uma questão de prioridade, porém, conforme o que foi colocado pelo Sr. Vânio Rodrigues de
337 Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS em sua fala nesta plenária, em certas situações,
338 principalmente em situações que dizem respeito a repasse estadual, somente o Secretário de Estado
339 da Saúde sozinho não consegue resolver. O Sr. Gustavo Bottós pontua que então, diante de tudo o
340 que foi exposto nesta plenária, irá aguardar essa reunião que os representantes da ATM (Associação
341 Tocantinense de Municípios) e os demais prefeitos dos municípios do Estado do Tocantins terão
342 perante o órgão máximo da gestão do Estado, pois tem a opinião de que isso mostra que a gestão
343 estadual sempre procura o diálogo, que o mesmo existe e sempre irá existir. Em relação a auditoria a
344 qual o CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) está se propondo, o Subsecretário de
345 Estado da Saúde do Tocantins afirmou que essa medida também é louvável, e perguntou quando foi
346 exatamente que o Sr. Anderson O. Costa/SMS de Porto Nacional tomou posse como Presidente do
347 Conselho Estadual de Saúde do Tocantins. Respondendo a pergunta feita pelo Sr. Gustavo, o Sr.
348 Anderson O. Costa/SMS de Porto Nacional afirma que tomou posse como Presidente do Conselho
349 estadual de Saúde do Tocantins no mês de abril do corrente ano. Depois da resposta dada pelo Sr.
350 Anderson, mas ainda se dirigindo ao Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins, o Sr.
351 Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde deu seguimento a sua fala afirmando ser
352 lamentável o fato de não ter havido a anos atrás uma atuação tão incisiva neste ponto, pois, como
353 órgão de controle que é e encarando essa responsabilidade, na verdade não se trata de uma
354 responsabilidade, mas sim de uma atribuição funcional, é lamentável que gestões anteriores não
355 tiveram essa preocupação e esse controle. Neste momento o Subsecretário de Estado da Saúde do
356 Tocantins assegura ao Sr. Anderson O. Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do CES – TO
357 (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) que ele encontrará toda a abertura e todo o amparo por
358 parte da atual gestão estadual com relação a esse assunto até porque, conforme foi mencionado
359 pelo próprio Sr. Anderson em sua fala nesta plenária, a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins já

está realizando um trabalho relacionado a isso, já concluiu a primeira etapa deste trabalho de levantamento da folha de pagamento, trabalho o qual auxilia muito a atual gestão da Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins (SESAU) na correção de distorções que existem e vieram se perpetuando ao longo de anos. O Sr. Gustavo afirma que, com relação aos contratos de prestação de serviço, todos esses contratos estão passando por um trabalho de fiscalização que inclui também auditorias externas feitas por órgãos como por exemplo o TCU (Tribunal de Contas da União) e TCE - TO (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins) que estão ocorrendo e que também serão abertas sem qualquer problema. O Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins cita que um exemplo disso que acaba de ser dito, e que ele gostaria de deixar claro neste momento, é o fato do qual tomou conhecimento essa semana a respeito do resultado de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) com relação a repasses do Estado nos anos de 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze) relacionados ao componente da assistência farmacêutica do município de Palmas - TO onde o TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que o Estado integralizasse esses repasses no prazo de 90 (noventa) dias. O Sr. Gustavo Bottós pontua que não sabe se a Sra. Haideé Campitelli Vasques/Representante do SMS de Palmas já tem conhecimento desse resultado de auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União), reafirma que a Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins (SESAU) foi notificada essa semana sobre esse assunto o qual já foi enviado ao setor financeiro da SESAU e será oficiado também a Secretaria de Estado da Fazenda do Tocantins para que se cumpra essa determinação no âmbito dessa auditoria do TCU (Tribunal de Contas da União). O Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins pontuou que gostaria que se levasse em consideração sua fala de que os campos de diálogo e negociação estão e sempre estarão abertos, e a prova disso é que o próprio Governador do Estado do Tocantins está sensível a essa situação. O Sr. Gustavo afirma que gostaria que essa câmara, esse conselho, esse fórum que se presta a deliberar a essência das questões técnicas não se enfraqueça, talvez, em relação a isso haja vista que todos em quanto SUS (Sistema Único de Saúde), enquanto membros de um sistema transversal e universal que é, todos juntos, fazendo cada um a sua parte, nos tornamos mais fortes, e, conseqüentemente, aquilo que nós nos propomos que é atender o cidadão, a gente consiga cada vez mais trabalhar não com a excelência, porque com a excelência é difícil, mas sempre almejando a excelência. Neste momento o Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins agradece aos presentes e declara que gostaria de ingressar na pauta da 10ª (décima) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do ano 2015 (dois mil e quinze). O Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) faz uso da palavra neste momento para declarar que a visão do COSEMS enquanto instituição é a de fortalecer este fórum e em nenhum momento o COSEMS visa enfraquecê-lo, e o que foi deliberado pela manhã durante a Reunião Ordinária do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS - TO) pelos Secretários Municipais de

396 Saúde do Estado do Tocantins é a decisão de que hoje nenhum Secretário Municipal de Saúde, 432
397 nenhum membro do COSEMS irá se debruçar sobre essa pauta ou fazer qualquer tipo de aprovação 433
398 nesta plenária, ou seja, o que ficou decidido pelos membros do COSEMS é que nada seria pactuado 434
399 ou aprovado na Reunião Ordinária da CIB de hoje e que esta reunião ficaria suspensa no sentido de 435
400 que os membros do COSEMS não irão consensuar nada objetivando trazer a tona essa questão 436
401 desse ponto de pauta para que possa ser criada uma agenda positiva relativa a esse assunto que foi 437
402 citado aqui neste momento. O Presidente do COSEMS ressalta o fato de o Brasil ser um país 438
403 democrático, e de que nós brasileiros vivemos em uma democracia, e pontua que o COSEMS e todos 439
404 os seus membros respeitam as opiniões e pensamentos que são contrários aos seus e as atitudes 440
405 que a instituição adota, pois a democracia se fortalece no debate com sentimentos contrários, mas 441
406 esclarece que o COSEMS entende que essa situação, se não está na agenda de prioridades da 442
407 gestão estadual, também não está na intensidade necessária de acordo com a problematização do 443
408 fato da mesma. Então, diante disso, o Sr. Vânio reafirma que o que foi deliberado pela manhã junto 444
409 com outros gestores é a decisão de que nesta Reunião Ordinária da CIB eles não irão consensuar o 445
410 que quer que seja, e que quando for possível todos sentarem para discutir, quando houver uma 446
411 agenda positiva relativa a solução dessa problemática objetivando a criação de uma comissão para 447
412 travar essa discussão, aí sim os membros do COSEMS voltarão a discutir e deliberar sobre os 448
413 assuntos pautados na CIB (Comissão Intergestores Bipartite). Neste momento o Sr. Anderson O. 449
414 Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) 450
415 propõe aos demais membros que esta plenária seja suspensa neste momento e seja reconvocada 451
416 para a próxima semana com o Estado trazendo a proposta de pagamento do débito. O Sr. Anderson 452
417 ressalta o fato de a ATM (Associação Tocantinense de Municípios) já tentar conversar com o 453
418 Governador do Estado do Tocantins sobre esse assunto durante a audiência que ocorrerá hoje no 454
419 Palácio Araguaia, declara que posteriormente na segunda – feira o Conselho Estadual de Saúde do 455
420 Tocantins também irá tentar conversar sobre o referido com o Governador do Estado do Tocantins. 456
421 Neste momento o Sr. Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS declara 457
422 que o Sr. João Emídio de Miranda/Prefeito de Brasilândia e Presidente da ATM (Associação 458
423 Tocantinense de Municípios) está tentando conversar com o Governador do Estado do Tocantins 459
424 nesse momento. O Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins faz 460
425 um questionamento a respeito dessa informação que foi repassada agora por ultimo, e pergunta se 461
426 ontem na Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins já havia essa informação 462
427 a respeito desses encontros. O Sr. Anderson O. Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do CES- 463
428 TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) responde aos questionamentos feitos pelo Sr. 464
429 Gustavo Bottós explicando que, assim que esta plenária for encerrada, irá diretamente para o Palácio 465
430 Araguaia para agendar a reunião entre o Governador do Estado do Tocantins e a Diretoria do 466
431 Conselho Estadual de Saúde do Tocantins, e que independente da ATM (Associação Tocantinense 467

de Municípios) há uma conversa com o Governador do Estado do Tocantins agora no período da tarde. O Sr. Anderson esclarece que o Conselho Estadual de Saúde do Tocantins vai tentar agendar uma reunião com o Governador do Estado do Tocantins para a próxima segunda ou terça-feira, respeitando a disponibilidade da agenda do Governador, mas ressaltando que será feito todo o esforço para que essa conversa entre a Diretoria do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins e o Governador do Estado do Tocantins aconteça já na próxima semana, e que o CES irá convidar o Presidente do COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) e o Presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios) a também estarem presentes nesta conversa. O Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins resalta que haverá um encontro entre o Presidente da ATM (Associação Tocantinense de Municípios) e o Governador do Estado do Tocantins ainda no dia de hoje no período da tarde, mas, como o referido encontro ainda está em curso no presente momento, nesse momento ainda não é possível saber quais são os resultados desse encontro referente a esse assunto, e que sabe – se que este é um dos assuntos que serão tratados nesse encontro, mas não é possível afirmar que esse seja o assunto principal do encontro. O Sr. Anderson informa que o Presidente da ATM (Associação Tocantinense dos Municípios) irá conceder uma entrevista a imprensa as 16:00 H (dezesesseis horas) , e postula que o mesmo provavelmente falará o que aconteceu nessa reunião que teve com o Governador. Referente a CIB (Comissão Intergestores Bipartite), mais precisamente a essa Reunião Ordinária da CIB, o Presidente do Conselho Estadual de Saúde relata que a proposta do Conselho Estadual de Saúde do Tocantins e dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins aqui representados pelo COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) é a de que a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite de hoje seja suspensa e remarcada para uma outra data na próxima semana onde o Estado possa apresentar durante essa reunião uma proposta de solução para este problema do débito que o Estado tem com os Municípios, pois o maior problema que há hoje em dia para todos os tipos de gestão, mas principalmente para as gestões municipais, é a questão de repasse de recursos financeiros. Diante disso, o Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins postula que a referida proposta a respeito da CIB (Comissão Intergestores Bipartite) poderia ser aceita e colocada em prática no sentido de que essa proposta venha em âmbito de COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins), pois desse modo o fórum seria mais adequado para se discutir esse assunto. O Sr. Anderson O. Costa/SMS de Porto Nacional e Presidente do CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) afirma não ter certeza se a proposta irá se dar da maneira como o Sr. Gustavo Bottós acaba de colocar, mas ratifica que é certo que hoje os membros do COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins) e o CES – TO (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins) não irão fazer qualquer tipo de deliberação nesta plenária, e que, deste modo, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia de hoje está suspensa. O Sr. Gustavo Bottós de

468 Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins afirma estar ciente disso que o Sr. Andersom
469 acaba de colocar, e que só gostaria de ressaltar essa observação para que os presentes não corram
470 o risco de misturar as temáticas dos assuntos, pois aqui no fórum da CIB (Comissão Intergestores
471 Bipartite) devem ser tratadas assuntos referentes a situações técnicas com relação a procedimentos,
472 questões financeiras são muito mais inerentes ao âmbito de COSEMS (Conselhos dos Secretários
473 Municipais de Saúde do Tocantins) e CES (Conselho Estadual de Saúde do Tocantins). Dessa forma,
474 o Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins propõe que seja suspensa a Reunião Ordinária da
475 Comissão Intergestores Bipartite até que haja um posicionamento dos órgãos competentes sobre o
476 assunto exposto, e só então depois disso será dado seguimento as discussões que competem ao
477 fórum da Comissão Intergestores Bipartite. Todos os presentes na plenária concordam com a
478 proposta, e decidem por acatar a sugestão que acaba de ser dada pelo Sr. Gustavo Bottós de
479 Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do Tocantins. Neste momento, diante do posicionamento
480 adotado pelo Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins e também pelo Conselho
481 Estadual de Saúde do Tocantins, Sr. Gustavo Bottós de Paula/Subsecretário de Estado da Saúde do
482 Tocantins e Representante do Sr. Samuel Braga Bonilha – Secretário de Estado da Saúde do
483 Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) neste ato presidindo esta reunião,
484 declarou suspensão a 10ª (Décima) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do ano de
485 2015 até uma data que será anunciada previamente em um momento posterior, agradeceu aos
486 presentes, e deu por encerrada esta plenária as quinze horas e seis minutos. E para constar foi
487 lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo representante do
488 presidente da CIB e pelos demais membros presentes nesta reunião.

489 **SESAU**

490 Gustavo B. de Paula/ Sub-Secretário de Estado da Saúde do Tocantins: _____

491 Andrea Siqueira Montalvão/Ger. De Ciclos de Vida: _____

492 Laudecy Alves do Carmo Soares/Dir. de Gestão de Educação na Saúde: _____

493 Luciana Ferreira Marques da Silva/Dir. de Gestão da Vigilância em Saúde: _____

494 Ludmila Nunes Moreira Barbosa/Dir. De Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria: _____

495 Maria Gleyd B. C. Silva/Sup. De Políticas de Atenção à Saúde: _____

496 Márcia Valéria R. Q. Santana/Formação e Regulação do Trabalho: _____

497 Mísia Saldanha Figuerêdo/Dir. de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS: _____

498 **COSEMS**

Vânio Rodrigues de Sousa/SMS de Dueré e Presidente do COSEMS: _____

Anderson Oliveira Costa/SMS de Porto Nacional: _____

Camerino Costa Batista/SMS de Dianópolis e Dir. Adjunto Administrativo do COSEMS: _____

Fabricio Alves Segura/SMS de Araguaã e Dir. de Descentralização e Regionalização do COSEMS: _____

Haideé Campitelli Vasques/Representante do SMS de Palmas: _____

Irineuda Cosmo Leite Palma/SMS de Pium e Dir. Financeira do COSEMS: _____

José Nelson B. da Silva/SMS de Ananás e Conselheiro Fiscal do COSEMS: _____

Juliano Ribeiro Souza/SMS de Natividade e Dir. Administrativo do COSEMS: _____

Maria Dulcimary Ribeiro Fonseca/Representante do SMS de Araguaína: _____

Rui A. Azevedo/SMS de Paraíso do Tocantins: _____

Samuel Arruda Nunes/SMS de Rio Sono e Dir. Adjunto Financeiro do COSEMS: _____